

'Centrão' se reúne em fazenda de industrial

BRASÍLIA — Os principais dirigentes do *Centrão* se reúnem hoje em Araçatuba, interior de São Paulo, para combinar que estratégia usarão, na votação em segundo turno do projeto de Constituição, para suprimir os artigos que querem ver banidos do texto definitivo. Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Afif Domingos (PL-SP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) se encontrarão na fazenda do industrial Pedro Brito com os presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato; da Associação Comercial do estado, Romeu Trussardi e mais 10 empresários, entre os quais pode figurar o presidente da Bolsa de Valores, Luís Eduardo da Rocha Azevedo.

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, vai falar com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, sobre as preocupações do governo federal com alguns itens das Disposições Transitórias. Exemplo: a concessão de anistia às pequenas e microempresas endividadas desde o plano Cruzado, que deverá se estender às áreas rural e urbana da Sudam, Sudene e Vale do Jequitinhonha, proposta pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG). José Lourenço disse ontem que Mafson também está preocupado com a emenda que estabelece o tabelamento dos juros para o pagamento da dívida externa do país.

Trunfos — O *Centrão* realiza na quarta-feira uma reunião interna para

discutir com todos os seus representantes o processo de negociação das Disposições Transitórias. O deputado Paes Landim (PFL-PI) reconheceu que existe um certo pessimismo quanto à supressão de artigos no segundo turno da votação. Semana passada, o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) admitiu também que a tentativa de eliminação de medidas como o voto aos 16 anos e a licença paternidade está muito difícil. Quem não teve 280 votos para colocar ou suprimir alguma coisa em primeiro turno, não o conseguirá no segundo, previu.

No entanto, em conversas com seus companheiros, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) defendeu tese contrária: com a vitória dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, ele acha que o Palácio do Planalto se fortaleceu politicamente diante da Constituinte e terá condições de intervir mais abertamente agora.

Os pefelistas apontam o sucesso da negociação em torno do mandato como um outro trunfo a favor do governo, consagrando o líder Carlos Sant'Anna como hábil articulador. Na véspera da votação, Sant'Anna disse a Sarney que haveria 330 votos a favor dos cinco anos. Houve 328. Os dois votos que faltaram eram os do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que agonizava num hospital de São Paulo e acabou por morrer na quinta-feira; e o de seu filho, Carlos Virgílio, que viajara às pressas para assisti-lo.